

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 **ATA 04/2011**

3 **DATA: 10-02-2011**

4 **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho**
5 **Municipal de Saúde):** Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, às
6 18h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado na
7 Avenida Loureiro da Silva, nº 325, reuniu-se, em sessão ordinária do Plenário, o
8 Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. No uso das atribuições que me são
9 concedidas pelas Leis 8080, de setembro de 1990, 8142/90, de dezembro de 1990,
10 pelo Decreto Lei 277/92, de maio de 1992, pela Lei Orgânica do Município de Porto
11 Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento Interno deste Conselho,
12 aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão ordinária do Plenário do dia dez
13 de fevereiro de 2011. Presentes os seguintes **Conselheiros Titulares:** Carlos
14 Henrique Casartelli; Carlos Eugênio Schuch Colvara; Djanira Correa da Conceição; Isis
15 Azevedo da Silva; Mirtha da Rosa Zenker; Marizete Figueiredo Rodrigues; Pedro Luis
16 da Silva Vargas; Rejane Haidrich; Rafael Vicari dos Santos; Silva Giugliani e Salete
17 Camarini. **Conselheiros Suplentes Presentes:** Alberto Moura Terres; Arlete Fonte;
18 Ana Maria Araújo Cirne; Jaci da Silva; Liciane Hampe Filho; Lourdes Zilli de Sousa;
19 Masurquede de Azevedo Coimbra. **1) Abertura. 2) Apreciação da Ata 01/2011.** Alguma
20 manifestação em relação à Ata 01/2011? (Silêncio no Plenário) Está em votação a **Ata**
21 **01/2011.** Os (as) conselheiros (as) que a aprovam se manifestem levantando o crachá.
22 (Pausa) **09 votos a favor.** Os (as) conselheiros (as) que não aprovam a ata 01/2011 se
23 manifestem levantando o crachá. (Pausa) **Nenhum voto contra.** Abstenções? **01**
24 **abstenção. APROVADA a Ata 01/2011. 3) Faltas Justificadas:** Carla Rosana Santos
25 da Silva; Gilberto Fagundes da Silva; Ione Terezinha Nichele; Lúcia Bublescki Silveira;
26 Hamilton Farias; Jorge Xavier; Maria Encarnación; Mônica Elwanger Leyser (até
27 09/03/2011); Mara Rejane Weber; Maria Ivone Dill, Palmira Marques da Fontoura,
28 Sonia Coradini e Tânia Ruchinsque. **4) Resolução XX/2011 – Prêmio Destaque em**
29 **Saúde.** Quero passar para análise e apreciação dos (as) senhores (as)
30 conselheiros(as) uma proposta de resolução do Conselho Municipal de Saúde que
31 trata sobre a instituição do nosso Prêmio Destaque em Saúde, cuja primeira edição
32 ocorreu no ano passado, no dia do aniversário do Conselho. Neste ano pretendemos
33 fazer a segunda edição. Para isto, estamos propondo uma nova forma de organização,
34 consubstanciada nesta proposta de resolução que vou fazer a leitura. (Lê.) *O Conselho*
35 *Municipal de Saúde de Porto Alegre no uso de suas atribuições legais conferidas pelas*
36 *Leis Federais 8080/90 e 8142/90, pela Lei Complementar 277/92 e considerando a*
37 *necessidade de consolidar o controle social nas diversas instâncias que constituem a*
38 *rede de serviços do SUS em Porto Alegre, o dever de permanente consolidação do*
39 *Sistema Único de Saúde, enquanto uma política pública inclusiva e de direito universal,*
40 *a necessidade de se afirmar uma inserção do SUS como uma política transversal,*
41 *presente em todos os pontos da rede assistencial, balizando as práticas e processos*
42 *de trabalho em saúde, a oportunidade de convergir interesses no âmbito do controle*
43 *social através da avaliação positiva e qualitativa das práticas de excelências*
44 *vivenciadas pelos atores e os quatro segmentos que compõem o SUS, a*
45 *comemoração dos 19 anos de criação do Conselho Municipal de Saúde de Porto*
46 *Alegre, em reunião ordinária do dia 10 de fevereiro de 2011, resolve aprovar seja*
47 *confeccionada a segunda edição do Prêmio Destaque em Saúde 2011; seja constituída*
48 *uma comissão julgadora, de composição paritária, para elaborar o regulamento do*
49 *referido Prêmio; que a comissão julgadora seja composta pelos seguintes*
50 *conselheiros: segmento usuário – Heverson Luis Vilar da Cunha, Ione Teresinha*
51 *Nichele, Oscar Paniz, Tânia Ruchinsque, Salete Camerini. Segmento trabalhador em*

52 **saúde** – *Maria Letícia Garcia, Sônia Regina Coradini. Segmento dos prestadores de*
53 **serviço** – *Roger dos Santos Rosa. Segmento Governo – Secretário-Adjunto Marcelo*
54 *Bósio e no prazo de 21 dias, a contar de sua aprovação, a Comissão Julgadora*
55 *apresente o regulamento do Prêmio para aprovação do Plenário. Se os (as) senhores*
56 *(as) conselheiros (as) tiverem alguma dúvida, alguma questão que quiserem*
57 *manifestar, se julgarem pertinente, a palavra está à disposição. O Sr. Pedro Luis da*
58 **Silva Vargas (SINDICAMARA):** Boa-noite, apenas uma dúvida. Temos um
59 demonstrativo orçamentário para toda elaboração e realização desse processo? Se for
60 possível gostaria de ter vista. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA**
61 **(Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** No ano passado não houve
62 tempo hábil para que pudéssemos comprar o troféu com os recursos do Conselho. O
63 recurso que precisamos despendar para fazer essa compra se limita à aquisição do
64 troféu, que no ano passado foi gentilmente ofertado pela Assessora Técnica do
65 Conselho. Quanto ao bolo e os refrigerantes, o Sindicato dos Enfermeiros pagou o bolo
66 e os refrigerantes e copinhos foram pagos por mim. Mas, este ano queremos nos
67 organizar a fim de que possamos utilizar o orçamento do Conselho para as despesas
68 necessárias, na medida do possível. O que não conseguirmos adquirir desta forma,
69 solicitaremos às entidades que compõem o Plenário. Podemos proceder à votação?
70 (Silêncio no Plenário) Em votação a proposta de resolução do Conselho. Os (as)
71 conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa)
72 **APROVADO por unanimidade. 5) Pareceres – a) 059/10 – instalação de CAPS-AD**
73 **Cruz Vermelha.** (É procedida a leitura do relatório.) (Após a leitura.) Alguma dúvida,
74 alguma manifestação? (Silêncio no Plenário) Em votação o Parecer 059/10 –
75 instalação CAPS-AD na Cruz Vermelha. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se
76 manifestem levantando o crachá. (Pausa) **APROVADO por unanimidade. 6)**
77 **Informes – 1) Comissão de Saúde da Mulher.** Quero fazer um rápido informe. Não
78 sei todos lembram, mas na reunião do dia 25 de novembro do ano passado, a
79 Coordenação do Conselho propôs a este colegiado um desafio, ou seja, a constituição
80 da comissão de saúde da mulher no Conselho Municipal de Saúde. Logo no início
81 deste ano, colocamos mãos a obra e fomos chamar, num primeiro momento,
82 principalmente as entidades que trabalham as questões das mulheres a fim de
83 constituir essa comissão. Fizemos a primeira reunião desse grupo na última segunda-
84 feira, dia 7 de fevereiro de 2011, e tivemos uma participação bastante significativa e
85 importante, com a presença de representantes do governo, tivemos a presença de
86 representantes do IMAMA, da Rede Feminista de Saúde, do SINDISAUDE da
87 Coordenação Municipal da Mulher, do Coletivo Feminino Plural e do próprio Conselho.
88 A ideia, no primeiro momento, foi apresentar o Regimento Interno do Conselho,
89 fizemos a leitura do capítulo referente às comissões temáticas, um breve comentário
90 sobre a Resolução 333, do Conselho, discutimos alguns convites feitos pela Rede
91 Feminista e iniciamos a preparação da próxima reunião do Plenário do dia 17 de
92 março, aqui no Conselho, com o tema específico da saúde da mulher, ocasião em que
93 será apresentada uma pesquisa referente aos dados de mortalidade materna no nosso
94 Município. Assim, o nosso convite se estende aos demais segmentos e componentes
95 deste Plenário, para que possam se agregar à nossa comissão. A próxima reunião da
96 Comissão da Saúde da Mulher deverá ocorrer no dia 14 de março, às 17h30min, nesta
97 sala. **2) Seminário sobre Filantropia** - Fizemos, também reunião da Comissão de
98 Educação Permanente para o Controle Social onde discutimos e fizemos os
99 encaminhamentos para a realização de um seminário, que já é do conhecimento de
100 todos os conselheiros, para que possamos discutir o tema filantropia. Estamos nos
101 organizando para discutir esse tema no dia 26 de março próximo e, para isto,
102 convidamos representantes do Ministério da Saúde, da Federação das Santas Casas,

103 do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Estamos aguardando os retornos dos
104 convites efetuados. **3) Congresso da Cidade.** Este é um outro informe. Eu já deveria
105 ter trazido a vocês este informe na última reunião, mas até pelo adiantado da hora não
106 pude fazê-lo. No dia 11 de outubro o Conselho participou de uma reunião chamada
107 pelo Fórum dos Conselhos Municipais onde foi apresentada a proposta, pelo
108 Secretário de Governança Sr. César Busatto, a respeito da organização, durante todo
109 este ano, do Congresso da Cidade. Será o V Congresso da Cidade. Apresentado pelo
110 Secretário da Governança, Sr. César Busatto, a respeito da proposta da organização
111 durante todo este ano no Congresso da Cidade, seria o quinto Congresso da Cidade.
112 Vou apresentar, rapidamente, a vocês o que foi proposto. E, neste ano de 2011, então,
113 será realizado um processo congressual que reunirá os 82 bairros com o intuito de
114 construção, por parte, da Governança, entre estes bairros mais as 17 regiões
115 administrativas, com o objetivo de construir a cidadania com maior desenvolvimento e
116 com maior inclusão social. Para isso, foi criado um instrumento que foi denominado “a
117 bússola do desenvolvimento local” que se constitui de uma ferramenta de
118 planejamento territorial para definição de motes e metas pelas comunidades. Estas
119 metas terão algumas dimensões. A dimensão de indicadores constitui indicadores e
120 metas para o desenvolvimento humano, para a cidadania, desenvolvimento urbano e
121 desenvolvimento econômico. Portanto, a ideia é criar um ambiente de Governança
122 Local. O CMS/POA se manifestou no sentido de informar e de dizer que neste ano
123 estamos num processo de conferência no nosso Município. Teremos a Conferência
124 Municipal de Saúde, a Conferência Estadual de Saúde e a Conferência Nacional de
125 Saúde. Como a proposta existe um processo de congressos municipais; a contribuição
126 da saúde é que seja no sentido de agregar o nosso processo de conferência ao
127 congresso da Cidade. Para isso, colocamo-nos à disposição da Governança e dos
128 Conselhos Municipais, até porque temos instrumentos que são de conhecimento de
129 todos vocês, instrumentos de gestão do SUS, do sistema de gestão do SUS, temos o
130 nosso Plano Municipal de Saúde que foi recentemente aprovado, temos o nosso
131 Relatório de Gestão, temos a Programação Anual em Saúde. Então, todos estes
132 elementos podem ser divulgados e democratizados com o conjunto da cidade para que
133 possamos integrar a Saúde a todo este processo proposto. Alguém gostaria de fazer
134 alguma colocação? Mas foi esta a participação que eu, como representante do
135 Conselho Municipal, levei. Como este ano é um ano de Conferência, temos todos os
136 instrumentos de planejamento que é o que está proposto. Integrar todos os
137 planejamentos da Cidade, os modelos, ou seja, fazer uma integração geral, pelo
138 menos, foi isso que eu entendi. Não sei se a Miriam quer falar, porque também discuti
139 o tema. A ideia é que a Saúde contribua com o processo de conferência para o
140 processo de Congresso. Visa integrar tudo o que acontece na Cidade. Esta é a grande
141 proposta: todas as ações que acontecem na Cidade, nas estruturas administrativas. O
142 objetivo é criar uma ambiência de Governança na Cidade, ampliar o debate, ampliar o
143 processo. Então, é a nossa participação, enquanto Conselho, porque isso foi uma
144 participação do Conselho Municipal no fórum dos conselhos. A Governança está
145 chamando todos os fóruns, os conselhos, para poder discutir. Como penso que nós
146 não teremos pernas para fazer alguns outros processos, e o processo da saúde já é
147 um processo bastante rico, então ficou o oferecimento de disponibilizar os instrumentos
148 de gestão e a própria Conferência Municipal de saúde para isso. **O Sr. CARLOS**
149 **CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):** Eu também estava no Fórum
150 Municipal de Saúde e tenho dúvidas desta proposta. O Congresso da Cidade vai
151 discutir todas as questões da Cidade. É muito ampla essa proposta e daqui a pouco a
152 importância da Conferência Municipal de Saúde pode ser menos percebida. Eu tenho
153 dúvidas, realmente. Antes já tínhamos nos antecipado, inclusive marcamos o salão de

154 atos da PUC do dia 30 a 1º e 2 de julho para a Conferência Municipal de Saúde. Nós
155 planejamos para o Conselho fazer um grupo. O que está falado é que se discutisse a
156 Conferência Municipal de Saúde. Eu tenho dúvidas, realmente, porque a Letícia não
157 havia me passado ainda. Por isso, tenho dúvidas se é melhor. **A Sra. MARIA LETÍCIA**
158 **DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Se for
159 melhor, tu dizes, no sentido de agregar ao Congresso da Cidade? É que naquele dia,
160 na reunião, eu fiz esta proposta e foi acolhida. Pelo menos foi isso que entendi, posso
161 ter entendido errado, mas lembro que o César Busatto falou que era isso mesmo; que
162 o Conselho, a Saúde, tinha acúmulo nesta área. Há outros processos de conferência
163 também, não é só o da Saúde, há outras conferências que vão acontecer neste ano
164 que também foram mencionadas naquele dia. Então, a Conferência de Saúde faria
165 parte do Congresso da Cidade, do processo congressual da Cidade. Não precisamos
166 fechar isso. De repente trazemos alguém da Governança para falar sobre o assunto.
167 Mas foi a resposta, porque acho que foi de interesse. Não precisamos fechar uma
168 posição. Eu quis só trazer para vocês o que foi dito, isto é, o que foi pela Governança e
169 o que foi levado pelo Conselho de Saúde. Mas podemos deixar para um outro
170 momento. O senhor pode conversar mais sobre isso com a própria Governança.
171 Esperamos melhores definições por parte da Secretaria e da própria Governança. A
172 reunião dos fóruns dos Conselhos: a idéia é chamar; a proposta da Coordenação do
173 Conselho é que ocorra uma reunião no fórum dos Conselhos Distritais no dia 16 de
174 fevereiro, às 14h30min, aqui no auditório. A pauta e um dos temas são os recursos da
175 municipalização solidária, a atualização da planilha. E há uma outra solicitação, que é
176 feita pelo Secretário, que nós temos que discutir com os fóruns de Conselhos. Apenas
177 para fazer o registro da realização da nossa audiência pública que foi realizada na
178 Câmara de Vereadores, na quinta-feira passada, às 18h30min, tivemos um momento
179 bastante rico de demonstração de que a comunidade está atenta ao destino da Saúde
180 do nosso Município. Para relatar em que pé estamos, a votação deveria ter sido feita
181 ontem. Mas não sei se por questões regimentais da Câmara, a pauta está trancada,
182 porque existe um outro projeto que está na frente do projeto do IMESF. Então, a
183 votação será no dia 14 de fevereiro de 2011, segunda-feira, às 14horas, na Câmara de
184 Vereadores. Contamos com a presença de todos. Estaremos divulgando, através de e-
185 mails às pessoas, às comunidades, o assunto. **O Sr. CARLOS CASARTELLI**
186 **(Secretário Municipal de Saúde):** Quero fazer dois informes. Um é sobre a
187 Conferência Municipal de Saúde. Nós já temos pré-agendada no Salão de Atos da
188 PUC a Conferência Municipal de Saúde. Eu vou continuar deixando lá agendada,
189 porque, se tiver que ser feita junto com o Congresso da Cidade podemos desmarcar
190 posteriormente. Está bem, eu não havia entendido, perfeito. Agora eu entendi. Então,
191 está marcado. Já definimos na PUC, o Salão de Atos está reservado para o dia 30, 1º
192 e 2 de julho para a Conferência de Saúde. O outro informe é sobre a auditoria
193 realizada pelo Ministério da Saúde, do Departamento Nacional de Auditoria, com
194 relação à auditoria de nº 10.789. Foi-nos passado um relatório que fala sobre a
195 contratação do processo do Instituto Sollus. A auditoria do Sistema Nacional de Saúde,
196 avaliando todos os aspectos da metodologia deles, desde implantação, estruturação,
197 contrato, convênios, comprovação de despesas, diz que não foi encontrada nenhuma
198 inconformidade. E no registro de notificação final, eles informam ao Conselho Municipal
199 de Saúde que não houve notificação real ao Estado, que somos nós, tendo em vista a
200 inexistência de constatação de não conformidade. **(Lê.)** *“Através deste trabalho,*
201 *comprovamos que o Município instruiu o processo de tomada de contas especiais (...)*
202 *e em fase de cobrança executiva, conforme os casos que se têm nestas situações.”* **A**
203 **SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho**
204 **Municipal de Saúde):** Eu só gostaria de fazer um pequeno reparo na tua manifestação

205 com relação à auditoria. Na verdade, esta auditoria demonstra uma parte, que é a
206 posição que a Secretaria fez com relação às denúncias. Então, a Secretaria fez o que
207 tinha que fazer. A Secretaria fez uma tomada de providências internas e encaminhou.
208 Agora, a outra auditoria que a nós distribuimos em um outro envelope aqui, ela aponta,
209 sim, todas as irregularidades que foram encaminhadas ou apontadas num primeiro
210 momento pelo Conselho e foram todas acatadas ou confirmadas, não só pela auditoria
211 do DNASUS, como também por um Acórdão do Tribunal de contas da União. Então, as
212 denúncias do Conselho relativas ao Instituto Sollus foram consideradas todas
213 procedentes. **O SR. CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):** A
214 auditoria atual diz da Secretaria da Saúde não tem comprovação das irregularidades
215 praticadas pelo Instituto Sollus. Uma coisa não invalida a outra. **A Sra. MARIA**
216 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):**
217 Não é que não tenha relação, Casartelli, é que tomou as providências no tempo certo.
218 Isso aí dá controvérsias, porque se a Secretaria tivesse tomado as providências no dia
219 em que o Conselho entregou as irregularidades a este Plenário, inclusive um ano antes
220 da polícia federal e da assessoria... Mas não vamos discutir novamente. Temos dois
221 Informes, um da Sílvia e um do Terres. **A Sra. SÍLVIA GIUGLIANI (Comissão de**
222 **Saúde Mental):** Boa-noite. A Comissão de Saúde Mental tem se reunido com a
223 sistemática que esses meses permitem, mas registro que temos buscado manter o
224 nosso canal de comunicação, de formulação bastante ativado. Estamos trabalhando no
225 planejamento para 2011 e a Comissão vai cumprir com o propósito que desde o ano
226 passado trabalha, no sentido de fazer reuniões itinerantes. Em alguns locais já
227 estamos sendo convidados a participar de reuniões, o que nos deixa mais tranquilos e
228 faz com que tenhamos a certeza de que esta é a nossa tarefa, ou seja, ampliar o
229 debate sobre saúde mental, considerar os diferentes pontos de vista, as diferentes
230 realidades e formular sobre isso naquilo que compete ao controle social, visto que
231 somos uma Comissão do Conselho Municipal de Saúde. Quero compartilhar com
232 vocês porque vamos começar a dar telefonemas, vamos pedir agenda e, aos poucos,
233 vamos estar lembrando vocês a respeito disso, mas queria, de certa forma, dar conta
234 de que é uma Comissão que está funcionando nesses meses. Neste mês de fevereiro
235 já fizemos a nossa reunião. Em função de férias e de outros serviços estarem com
236 sobrecarga, acho que o Plenário é o espaço para estarmos mostrando como as
237 comissões funcionam. Obrigada. **O Sr. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho**
238 **Regional de Serviço Social):** Na verdade, quero dar uma problematizada no informe
239 já dado pela Mesa, em relação à audiência pública ocorrida no último dia três, na
240 Câmara de Vereadores, referente à fundação. O Fórum de Entidades em Defesa do
241 SUS, que é composto por dezenas de entidades, conseguiu mobilizar mais de 400
242 pessoas, que não couberam no plenário da Câmara, e foi preciso colocar um telão do
243 lado de fora do plenário, onde ficaram cerca de 70/80 pessoas. Essa movimentação
244 feita pelo Fórum de Entidades, em relação a essa discussão da fundação significa a
245 participação popular, a democracia participativa quando vai de encontro a uma
246 proposta do governo. No nosso entendimento, infelizmente, o governo está conduzindo
247 de forma muito perigosa esse espaço democrático ao dar as costas para o movimento
248 popular, para o movimento organizado e não ouvindo as dezenas de entidades que
249 querem discutir melhor essa questão da fundação e, de forma quase que autoritária,
250 está se articulando por dentro da Câmara de Vereadores, por que tem a maioria,
251 buscando a lógica da maioria para fazer passar esse projeto que as conferências
252 municipais, estaduais e a Conferência Nacional já demonstraram que são contrárias.
253 Quando isso acontece, por parte do governo, é muito perigoso porque coloca a
254 democracia participativa em cheque. Infelizmente isto está acontecendo, mas
255 continuamos mobilizados. Fizemos, por intermédio do Fórum de Entidades, e estamos

256 entregando nas paradas de ônibus à população como um todo, este panfleto que vou
257 passar para vocês onde estamos convidando a população a comparecer na segunda-
258 feira lá para fazer o enfrentamento dessa política antidemocrática do governo, que
259 beira o autoritarismo. Quero dizer, também, que como o governo tem a maioria isso
260 poderá passar na Câmara de Vereadores. Aí, o que vamos fazer? Vamos sim – e já
261 está acertado com o Fórum de Entidades – fazer um jornal e colocar o voto e a cara de
262 cada um dos vereadores que votarem de maneira favorável à fundação. E vamos para
263 a conferência municipal, para o Orçamento Participativo colocar para a população
264 aqueles que querem vender o Sistema Único de Saúde. E mais, ficamos sabendo,
265 também, que o Prefeito tem verbalizado para a imprensa que aquele debate que
266 fizemos sobre a UPA, que foi um debate duro, um debate democrático onde o
267 Conselho Municipal definiu, no caso da UPA da Zona Norte, que ficaria no Centro
268 Humanístico Vida. Isto foi decidido neste Conselho, que é deliberativo. Estamos
269 sabendo que o governo disse que não irá acatar a definição do Conselho Municipal, o
270 que é mais um fato gravíssimo e autoritário, de parte do governo, contra o qual
271 também iremos nos organizar para defender a democracia participativa. Gostaria de
272 saber do Secretário se é verdadeiro o que estamos escutando na imprensa. Obrigado.
273 **A Sra. TÂNIA FAILLACE (Jornalista aposentada, Escritora, Delegada do Fórum**
274 **Regional do Planejamento Urbano):** Cheguei tarde porque estava numa outra
275 reunião sobre o Parque da Copa. A Silvia falou sobre a questão de saúde mental e isso
276 seria uma sugestão ou uma proposta para começarmos a pensar seriamente se o
277 apenado, o delinqüente contumaz , não aquele que comete crime avulso, é uma
278 pessoa com desajustes mentais ou de personalidade. Acho que isto tinha que ser
279 levado a sério. Não é aprender a costurar bola que vai poder permitir que um dia ele se
280 reintegre; ele teria que ser tratado psiquiatricamente e identificados os problemas que
281 ele possa ter, seja doenças afetivas ou doenças estruturais. Acho que os governos
282 brasileiros sempre foram totalmente omissos a esse respeito; fazem depósito de
283 presos e não interessa se é doente mental ou não, se é só mal educado e que umas
284 chineladas na infância teriam corrigido ou o que é. Não há seriedade! Não adianta
285 tratar os pulmões do sujeito se ele for um perturbado que está abandonado a sua
286 sorte. Acho que é preciso fazer grupos de trabalho e começar a ver isto com
287 profundidade. Apoiando a intervenção do Terres, creio que temos que convidar muita
288 gente para participar, pois sabemos que a questão da fundação é o primeiro passo
289 para a privatização da saúde. Este Conselho é o melhor conselho popular do Município
290 porque tem algumas características que lhe são muito próprias, como a sua própria
291 composição democrática, com 50% de usuários. E é muito difícil, assim, haver o
292 empedramento desse instrumento que é o poder econômico, como ocorre no Conselho
293 do Plano Diretor onde a comunidade tem, apenas, oito votos e é esmagada pelo poder
294 econômico e pelo gestor. Este Conselho é precioso e os demais deveriam seguir o
295 mesmo mote. **O SR. CARLOS EUGÊNIO COVARA (UAMPA):** Quero contrapor o que
296 foi dito pelo Terres, há pouco, com relação à democracia. Acho que não estamos
297 entendendo o momento democrático, na minha visão. Necessariamente, quando se vai
298 para uma audiência pública, é preciso ouvir todos os lados. E o que ele está falando, o
299 que ele está dizendo é sobre uma parte da democracia que, há algum tempo, ia para a
300 praça e resolvia, nas Alagoas. Hoje temos democracia representativa! Como funciona
301 isso? Os nossos vereadores são eleitos pelo povo e têm toda a legitimidade de votar
302 ou não. O que entendo é que todos nós temos o direito de defender aquilo que
303 pensamos. Penso, também, que se a coisa não está andando da maneira como está,
304 por que não uma nova oportunidade ou uma nova experiência no caminho?
305 Simplesmente se colocar contra para dizer que é contra? Desculpa, meu amigo.
306 Represento a UAMPA, que vocês todos sabem o que é. (Aparte fora do microfone.)

307 Esta é uma outra situação e creio que precisamos começar a nos respeitar, pois
308 quando a senhora falou não fiz nenhuma interferência. A minha posição é a favor
309 dessa nova situação porque entende que poderemos evoluir nesse negócio. Se não
310 der certo, lá adiante é possível mudar! As coisas têm que evoluir, na minha maneira de
311 pensar. Com relação ao Centro Vida, há uma determinação do SUS que diz,
312 principalmente, com acessibilidade, acesso. E o que aconteceu? Cinquenta por cento
313 daquele povo que vai lá e vai se beneficiar precisa pegar dois ônibus. Não adianta a
314 minha posição contra a sua, temos que ver o que determina, como funciona. Se há
315 erro, é erro de origem, na minha opinião. Acho que temos que tratar todas as coisas do
316 Conselho de forma que seja bom para todos. Não adianta ficarmos pensando na
317 comunidade a, b ou c. Minha opinião. **O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI**
318 **(Secretário Municipal de Saúde):** Quero dizer que o meu conceito de democracia é
319 bem mais amplo do que este que foi colocado aqui, até por que não reconhecer a
320 Câmara Municipal como um lugar de democracia onde as pessoas que lá estão foram
321 escolhidas pelos munícipes desta Cidade é algo extremamente antidemocrático. E ter
322 maioria ou minoria, na Câmara, faz parte de todos os governos. Certamente quando
323 nos favorece, achamos isso bom, quando não nos favorece achamos ruim. Com
324 relação à audiência na Câmara, quero dizer que lá havia pessoas a favor e contra. Há
325 diversas entidades no Município de Porto Alegre que se manifestaram favoráveis à
326 fundação. E lá na Câmara havia, inclusive, população de Alvorada. A UAMA estava lá e
327 temos informações – e não estou afirmando que isto aconteceu -. Mas temos
328 informações de que algumas entidades pagaram R\$ 50,00 para o comparecimento na
329 reunião. Isto sim eu acho antidemocrático. Não estou dizendo que isto aconteceu,
330 apenas estou dizendo que são informações que circulam pela Cidade. A UAMA é de
331 Alvorada e não sei quem convidou a UAMA porque lá deveria estar a UAMPA, e
332 estava, assim como várias outras entidades também defendendo a fundação. E, de
333 forma democrática, espero que a fundação seja votada na segunda-feira. Um detalhe:
334 a fundação não é terceirização. Este já é um debate completamente vencido. Não há
335 mais dúvidas quanto à legalidade da fundação, todos os entes do Judiciário, o
336 Ministério Público se manifestaram dizendo que ela não é ilegal, que não há nenhuma
337 ilegalidade na construção dessa fundação, na criação dessa fundação e, além disso,
338 ela vai trazer para o Poder Público algo que hoje está sim terceirizado, pois a fundação
339 que atende a Estratégia da Família não é uma fundação pública, muito menos do
340 Município de Porto Alegre. Poder Público significa administração direta mais
341 administração indireta. Assim, temos a UERGS, a FUNDERGS do Governo do Estado.
342 O Governador Tarso Genro disse, porque eu ouvi a entrevista, que irá ampliar as ações
343 da FUNDERGS que é uma fundação pública de direito privado. Não temos nada de
344 novo lá na Câmara. Também disseram que a fundação foi criada antes da emenda, o
345 que não é verdade. A fundação foi criada antes do ano 2000, democraticamente, antes
346 da emenda, o que não é verdade, a Fundação foi criada depois do ano 2000. A
347 UERGS foi criada depois do ano 2000. Eu vou responder. Democraticamente estava
348 na lei que rege o Conselho: primeiro, que democracia deve ser entendida sobre um
349 aspecto bem amplo. Existe um parecer deste Conselho que lido dá claramente a
350 entender que a proposta do gestor é a pior. E forças que não têm direito a voto se
351 uniram para derrubar a proposta do gestor. Com base na lei que rege este Conselho, o
352 Prefeito Municipal de Porto Alegre tem direito a veto. Se ele quiser vetar a deliberação
353 do Conselho, é um direito que ele tem, conforme está na lei. Nós estamos num estado
354 de legalidade. É um direito que o Prefeito tem de vetar as deliberações do Conselho. **A**
355 **SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho**
356 **Municipal de Saúde):** Bom, a Lurdes está inscrita, mas eu não posso deixar de me
357 manifestar sobre algumas coisas que foram ditas. Primeiro, que nós fizemos uma

358 reunião específica para discutir o projeto de lei 53 e tivemos muitos argumentos com
359 relação à proposta que defendemos, que era não à Fundação. Então, isso foi
360 demonstrado aqui na nossa apresentação, isso está sendo veiculado em todos os
361 lugares em que vamos nos manifestar em relação a este tema. No entanto, temos
362 argumentos. O que se viu naquela audiência pública foi que de fato os representantes
363 que se manifestaram favoráveis à Fundação não dispunham dos argumentos que nós
364 dispúnhamos. Isso também pôde ser observado. Acho que tenho que fazer esta
365 manifestação. Então, com relação à questão da UPA, eu penso que a Secretaria deva
366 se manifestar oficialmente ao Conselho de Saúde. Se não concorda com as suas
367 deliberações, acho que deve mandar ao Conselho uma resposta oficial em relação a
368 todas as deliberações que considerar não pertinentes. **O SR. CARLOS CASARTELLI**
369 **(Secretário Municipal de Saúde):** Havendo não muito tempo, já que a lei não diz em
370 quanto tempo isso tem que ser feito como outras situações. O Prefeito tem um período
371 para vetar. A lei do Conselho. Abre a lei do Conselho que tu vais ver. Não foi. Abre a
372 página do Conselho que tu vais encontrar. Não foi. A lei que está na página do
373 Conselho. Vocês me desculpem, se isso foi alterado, eu não vejo nada mais
374 antidemocrático. Então, o Conselho tem mais poder que o Poder Legislativo. Então,
375 tem mais poder que todo mundo. Por exemplo, se um Conselho pode dizer para o
376 gestor: vamos gastar 50% em saúde, o gestor vai ter que fazer isso? Convenhamos,
377 há limites na deliberação do Conselho. O Conselho é deliberativo, o gestor também é
378 deliberativo e a própria Câmara de Vereadores também é deliberativa. Então, vocês
379 têm que atualizar a própria página de vocês no Conselho, porque estes dados eu
380 peguei da lei que está na página do Conselho Municipal de Saúde. **A SRA. MARIA**
381 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):**
382 Foram alterados artigos da lei 267, que não é a 277, que é diferente. Na 277 não diz
383 nada a respeito disso. Acho que podemos ter um outro momento para discutir isso.
384 Vamos adiante. Vamos, objetivando, a nossa pauta de hoje, porque certamente depois
385 vamos ter um momento específico para discutir isso, pois é um tema premente. A
386 Lurdes está inscrita. **A SRA. LOURDES ZILLI DE SOUZA (CDS Sul):** Boa-noite. Eu
387 acho que nós, como representantes do povo, como costumamos dizer, respeitamos
388 todas as etnias como a democracia. Ultimamente, o que estamos vendo é uma forma
389 bastante antidemocrática em relação aos segmentos sociais, aos segmentos que
390 regem os representantes da população, porque a população, na sua maioria, não tem
391 voz. E nós sabemos disso. Por isso, elegem-nos para representá-los. Como elegem os
392 vereadores, o Prefeito e os secretários. Só que, de certa forma, desculpe-me
393 Secretário, o que nós estamos vendo é uma falta de respeito, não só com as
394 lideranças que representam o povo, mas com todos. Isso não é em relação só a esta
395 Fundação, mas no total, em geral vem acontecendo em todos os segmentos. Eu
396 represento vários segmentos da minha região, não só o Distrital, é regularização que
397 também é saúde, delegada do OP onde a situação não anda, não tem agilidade. Por
398 isso estamos vendo aí o Sistema Único de Saúde na situação em que está. Penso que
399 isso foi falta de agilidade e planejamento. Na sequência de uma Conferência, o que se
400 faz? Vamos encaminhar projetos para que verbas venham, para que ações sejam
401 construídas. Mas não está acontecendo isso porque, se nos lembrarmos da última
402 conferência, as nossas demandas não foram para a Mesa para serem votadas, se
403 estou certa. Não pude dar continuidade à participação, mas me parece que alguma
404 coisa foi para o Ministério Público. Acho que nós, que nos dedicamos, precisamos o
405 mínimo de respeito. Os gestores têm que estar junto conosco, porque nós conhecemos
406 a necessidade daquele que está junto conosco, pois é de nós que ele vai cobrar. Para
407 concluir, hoje eu recebi uma denúncia de que a farmácia popular, até quero
408 esclarecimento da Mesa em relação a isso, no momento em que a pessoa vai comprar

409 um medicamento, ele não existe. Então, eu gostaria de saber se isso é específico para
410 alguns medicamentos ou se é liberado para todos os medicamentos nestes convênios
411 populares. Eu gostaria deste esclarecimento, porque pessoas que saíram do hospital
412 hoje se depararam com esta situação dizendo que aquele medicamento não constava
413 na lista de convênio popular. Obrigada. **A SRA. REJANE HAIDRICH (CDS Eixo**
414 **Baltazar):** Boa-noite. Desde que surgiu este assunto da UPA, eu só queria relembrar a
415 todos que em todas as nossas reuniões o Secretário sempre nos colocou o seguinte:
416 que a decisão da comunidade, que a decisão deste Conselho seria respeitada. Então,
417 eu só quero lembrá-los desta fala. Eu, principalmente, acreditei muito nele desde a sua
418 entrada. Então, eu não gostaria de me decepcionar mais uma vez. Obrigada. **O SR.**
419 **CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):** Eu acho que devemos
420 exigir que as pessoas cumpram com a sua palavra, quando se percebe claramente que
421 regiões da Cidade se reúnem para derrotar uma proposta que havia sido aprovada. Ao
422 ler o parecer da SETEC do Conselho, percebe-se claramente que com a proposta que
423 foi modificada por esta plenária ela cria vazios de atendimento em urgências e
424 emergências e não resolve os problemas. Claramente, houve união de regiões para
425 derrotar a proposta do gestor, porque as duas regiões da Cidade não se sentiam
426 contempladas com a proposta do gestor. Vocês me desculpem. O gestor tem a
427 obrigação de pensar no todo da Cidade. **(Tumulto no plenário.)** Eu gostaria de falar,
428 eu gostaria de respeito, assim como respeito vocês. Em nenhum momento eu
429 interrompo qualquer um de vocês quando está falando. Então, o gestor tem a
430 obrigação de pensar na Cidade como um todo e pensar no que é melhor para Porto
431 Alegre. Na verdade, também não acho que seja correto os conselheiros pensarem no
432 seu umbigo, na sua região apenas, e não pensarem no todo. Isso não acho correto.
433 Não vou compartilhar com algo que não considero correto. Se eu tiver que desfazer
434 aquilo que eu havia dito, desfaço, porque acho que os conselheiros não agiram, neste
435 caso, especificamente, em minha opinião, de forma correta. **O SR. TODESCHINI**
436 **(Vereador de Porto Alegre):** Boa-noite, Presidente Letícia, boa-noite, Secretário
437 Carlos Casartelli e boa-noite aos demais conselheiros. Eu só quero dar um informe de
438 como está prevista a votação segunda-feira, porque há um projeto do Governo, mas há
439 dois substitutivos que têm precedência na votação: um, que é o substitutivo do
440 Movimento e da bancada do PT e do PSOL; e outro, o substitutivo nº 2, do Ver. Airo
441 Ferronato, que prevê a criação da Fundação Pública de Direito Público. Se aprovado o
442 primeiro, os outros não vão à votação; se derrotar o primeiro, tem que votar o segundo.
443 E depois do segundo é que o terceiro vai à votação. Só quero informar sobre isso,
444 porque não é só a questão do contra ou a favor. Nós estamos afirmando uma posição
445 de defesa do substitutivo. Só para informá-los do andamento que haverá na nossa
446 sessão que vai ser muito importante na segunda-feira. Muito obrigado. **A SRA. MARIA**
447 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):**
448 Agora vamos entrar na nossa pauta de hoje, que é Saúde Prisional. Conforme foi
449 combinado na reunião em que eu não estava presente, haveria esta reunião de hoje
450 para que fossem feitas as modificações necessárias. Quero registrar a presença da
451 promotora Cynthia Jappur. O Secretário Casartelli vai fazer a apresentação do Plano
452 Operativo Prisional. **O SR. CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):**
453 Bom, conto com todos e quero que avaliem este projeto com responsabilidade para
454 decidirem sobre aquilo que é melhor para a Cidade ou não, independente de não ser
455 melhor para mim, para o meu vizinho ou para algum familiar meu. Então, eu gostaria
456 que os conselheiros pensassem neste projeto, talvez, com responsabilidade de
457 decisão daquilo que é melhor para a Cidade de Porto Alegre. Vou apresentar o Plano
458 Operativo Municipal de Atenção Integral à Saúde da População Prisional. O Plano
459 Operativo Municipal é complementar ao Plano Operativo Estadual e viabiliza a

460 condição da saúde da população carcerária privada da sua liberdade. O Plano está
461 baseado nas portarias ministeriais 1777, do Plano Estadual de Saúde Prisional, de
462 2007, e na Resolução da CIB 054/2010 e 106. **(Apresentação de data show.)**

463 **A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de**
464 **Saúde):** Em primeiro lugar, quero dizer que, comparando a apresentação de hoje com
465 a da outra plenária, ficou muito mais claro qual é, objetivamente, a proposta, qual é a
466 responsabilidade do município, qual é a responsabilidade do estado. Acho que ficou
467 muito mais claro e objetivo. Mas ainda tenho algumas dúvidas que quero esclarecer.
468 Por exemplo, aqui não se fala no quantitativo de cobertura. Quer dizer, são três
469 equipes, são quinhentas pessoas por equipe então, vamos atingir com este plano
470 inicial 1500 presos: uma equipe no Madre Pelletier e duas no Presídio Central.
471 Pergunto se hoje isso já é feito, nós vamos manter a cobertura que é feita ou hoje já há
472 uma outra cobertura. Esta é uma questão que não ficou muito clara para mim na
473 apresentação. A outra questão do outro projeto falava em relação a leitos, referência. É
474 atribuição de o município garantir a referência do atendimento especializado. E o
475 gestor municipal de Porto Alegre é gestor pleno, ele é o contratante dos serviços
476 hospitalares em todo o seu território. Como é que é isso? Existe uma outra relação
477 contratual com o hospital? O estado vai fazer uma contratação paralela? Isso me
478 parece problemático. Porque o gestor é pleno e tem que ser o único contratante do
479 hospital. O hospital tem que ter uma contratualização com o município onde todas
480 estas questões têm que estar incluídas no setor onde trabalho. O atendimento ao
481 convênio do setor prisional, o atendimento, se for o caso, dos doentes de AIDS, tudo
482 que o hospital vai fazer tem que estar dentro de um único contrato. Não pode haver
483 mais de um contrato. Isso é o meu ponto de vista. Acho que isso é uma regra, uma
484 norma da gestão, comando único em cada esfera do governo. Está lá na Constituição.
485 Então, parece-me que esta é uma questão que ainda precisa esclarecer. Mas eu acho
486 que a proposta é boa. Penso que esta proposta de rachar o custeio com o Estado é
487 mais do que razoável. Por isso, acho que o Conselho deve se posicionar, inclusive
488 nesta questão. O meu parecer é favorável. **O SR. MARSUQUEDE DE AZEVEDO**
489 **COIMBRA (Sindicato dos Farmacêuticos):** Boa-noite a todos. Na verdade, a maior
490 parte das colocações que eu ia fazer a Heloísa já contemplou. Até parabenizo a
491 plenária de trabalho e a possibilidade de não ter sido empurrado como foi naquela
492 reunião de dezembro. Na oportunidade, o senhor até se propôs a assumir diretamente
493 aquilo, mas uma coisa que não apresentava, vamos dizer assim, vantagem, mas uma
494 organização, como está sendo apresentado agora. Eu ainda acho bem favorável a
495 nova proposta que está sendo apresentada pelo Secretário, mas penso que precisa
496 haver uma participação maior do estado economicamente e funcionalmente. Mesmo
497 sendo o município o gestor pleno da sua saúde, acho que o estado precisa dar um
498 apoio funcional e financeiro maior nesta atividade. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE**
499 **OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):**
500 Conselheiros, não se esqueçam de sempre dizerem o seu nome antes de fazerem a
501 sua manifestação para efeito da taquigrafia. **A SRA. TÂNIA FAILLACE (Jornalista):**
502 Retomando mais ou menos ao que falei no início, continuo com algumas dúvidas.
503 Primeira, qual é realmente a quantidade de apenados que temos no Rio Grande do
504 Sul? Eu acho que é bem mais de 1500. E os outros “sobrantes” vão ser atendidos por
505 quem? Acho que devemos deixar isso claro. E a outra coisa é que realmente eu não vi
506 nenhuma referência à questão da saúde mental. Quer dizer, saúde mental eu
507 considero de doenças mentais, de problemas graves. Sabemos que na população
508 carcerária ainda é estatisticamente maior que na população de fora, sabemos que há
509 drogadição, sequelas, problemas, psicopatias, paranóias, etc. e tal. E não vai ser
510 através de um atendimento psicológico, sabendo-se que é mais comportamental.

511 Então, insisto em que se aprofunde esta questão do tratamento psiquiátrico dentro dos
512 presídios. Talvez até melhorasse o geral, porque estão todos misturados lá dentro. Os
513 sem-vergonhas, os safadinhos e as pessoas com doenças graves. Outra coisa é saber
514 como é que ficam aqueles excedentes, aqueles além dos 1500. **A SRA. MIRIAM**
515 **WEBER (Coordenadora da ASSEPLA):** Boa-noite. Quero dizer a vocês que na
516 origem o projeto é o mesmo, porque o posterior que veio para cá foi todo construído
517 em cima da legislação. Talvez não tivéssemos ainda a esperteza e a maturidade de
518 colocar de uma forma tão clara. A partir do momento em que o Secretário nos chama e
519 nos coloca, ele nos auxiliou muito na construção e consegue ficar mais explícita do que
520 se pensa. Eu quero dizer que com relação à cobertura que foi perguntada, realmente,
521 no Presídio Central, as vagas são em torno de 1500 presos e, atualmente, há 5376, se
522 eu não me engano na conta, porque eu estava lendo. O que se pensa? Manter a
523 cobertura que já vem sendo feita em atendimento para não decair e, como o Secretário
524 fala, ampliar. Porque na medida em que temos a cobertura da nossa comunidade
525 aumentando e que sobe, atualmente menos de 30%, as coisas têm que andar de
526 forma mais planejada para que possamos aos poucos ampliar esta cobertura. Algumas
527 coisas que são questionadas a respeito de como vão acontecer estão colocadas no
528 nosso Plano, na nossa proposta de metas que seria cumprimos um Plano Operativo.
529 Neste Plano Operativo também vão entrar questões referentes a DST/AIDS, à
530 tuberculose, à saúde mental, etc. Tomamos a liberdade de sugerir isso a este comitê
531 gestor, na medida em que há tantas coisas compartilhadas. Inclusive uma das coisas
532 que tem que se esmiuçar depois é estabelecer alguns fluxos. Por exemplo, há uma das
533 metas que vem como diretriz do Plano Nacional que se deve testar – para teste rápido
534 de HIV e para tuberculose – todo preso que entra no presídio. Só que o que acontece é
535 que esses 5776 presos não são fixos, pois são uma população flutuante. O cara entre
536 hoje lá, faz o teste e na semana que vem ele sai para outro presídio. Ele vai fazer o
537 teste lá também? Então, até estes fluxos temos que ajustar e estes vão fazer parte do
538 nosso plano operativo. Era isso. **A SRA. IVARLETE (Departamento de Tratamento**
539 **Penal da SUSEPE):** Assumi no dia 1º de janeiro, no Departamento de Tratamento
540 Penal da SUSEPE que tem o desafio de oferecer tratamento para 31 mil presos do
541 Estado. Estamos em um momento ímpar de construir este Plano em Porto Alegre
542 porque já se fazia necessário. Quero dizer que trabalhamos bastante a várias mãos.
543 Nós nos unimos numa espécie de mutirão, até quero pedir aos conselheiros desculpa,
544 porque trabalhamos intensivamente no Plano, a equipe da Secretaria, do Secretário,
545 toda a equipe técnica. Este Plano é super importante, especialmente para as casas
546 prisionais fechadas. Porque no regime aberto e semi-aberto do sistema prisional, os
547 presos têm a possibilidade de buscar tratamento na Rede. Isso, inclusive, estimulamos
548 porque é inclusão social. Os presos no presídio fechado, no Madre Pelletier, da
549 mulheres, e no Presídio Central, que é o maior que temos em Porto Alegre, fica mais
550 difícil. Alguém perguntou sobre a questão da tuberculose, como é que fica. Tem hoje,
551 no Presídio Central, um laboratório que tem um aparelho de raio X, há uma equipe ali.
552 O Presídio Central é porta de entrada para o rastreamento do tratamento da
553 tuberculose. Todo preso sintomático-respiratório faz o exame, e naquele espaço
554 começa a receber atendimento. Então, há uma equipe montada lá, já existe esse
555 laboratório. Essas equipes que virão para o Presídio Central pelo Plano Municipal
556 serão equipes complementares da maior importância para dar continuidade ao
557 tratamento dos presos. A SUSEPE, hoje, disponibiliza profissionais para complementar
558 a equipe que o município vai colocar. Por exemplo, assistente social, psicólogo,
559 enfermeiro, são da SUSUPE que complementa a equipe e não fica só a cargo do
560 Município. Outra coisa é que a saúde mental do preso é fundamental para nós. Tanto
561 que temos um outro projeto que, com certeza, futuramente será discutido, que são 18

562 leitos no Hospital Vila Nova para desintoxicação. Estamos criando um espaço que,
563 talvez, seja no próprio Presídio Central, é aquele aonde o preso fechado vai poder ter o
564 acompanhamento no seu tratamento. Temos psiquiatras, psicólogos, assistentes
565 sociais que poderão prestar o atendimento ao preso. Então, o que tenho a dizer a
566 vocês é que será importante hoje que se possa votar este Plano, porque o Plano
567 Operativo foi todo reformulado e, com certeza, vai contemplar exatamente o que o
568 Conselho apontou na outra vez em que não foi aprovado. **A SRA. CYNTHIA JAPPUR**
569 **(Promotora):** Boa-noite a todos. Retorno aqui e quero dar os parabéns pela
570 apresentação de hoje. Acho que realmente ficou mais claro o Plano. Para defender o
571 Plano havia a necessidade, mais uma vez, de uma nova apresentação. Eu não quis
572 naquele dia ter passado a ideia errada, somente é que a questão era urgente e ainda
573 continua sendo urgente, porque é necessária a participação do Município. Não quero
574 dizer que está havendo a municipalização da saúde no sistema prisional e sim a
575 adesão ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Prisional. Que fique bem claro isso. O
576 que vem, vamos dizer, a cooperar, a fortalecer a gestão da saúde no Município de
577 Porto Alegre. Com relação à carga horária, à cobertura eu gostaria depois de passar a
578 palavra ao Dr. Dalmolin, porque, na verdade, a portaria prevê um médico para 500
579 presos, mas a equipe do Hospital Vila Nova vem cobrindo a demanda, pelo menos,
580 vem fazendo estudos. Quanto ao Estado, achei muito justa a proposta, pois fiquei bem
581 satisfeita em ver que o Estado e o Município estão conversando e acho bem
582 interessante esta proposta de levar para a CIB esta divisão. E quero dizer também que
583 o Estado continua através da SUSEPE prestando atendimento à saúde através dos
584 seus profissionais como assistente social, psiquiatra. No Ministério Público, na minha
585 promotoria vimos trabalhando nesta questão da saúde mental e no tratamento para
586 dependência química. Porque embora haja, vamos dizer assim, tratamento para
587 dependência química do apenado, na verdade, pela falta de acesso que ele tem torna-
588 se inexistente o tratamento. Então, também, estamos trabalhando com esta questão
589 que é fundamental da saúde mental, assim como com as equipes em trabalharem com
590 isso e serem capacitadas. É um plano trabalhar com dependência química, bem como
591 trabalhar com planejamento familiar. Acho que isso também dá para se acrescentar ao
592 Plano. Salientando, mais uma vez, penso que não foi mencionado aqui, que estes
593 pacientes, estes presos que estão no Presídio Central e no Madre Pelletier que têm
594 família, se não forem tratados lá dentro, vão retornar pior. Isso só vai prejudicar e ter
595 um custo maior ao município. Por isso, nada melhor que o município tratar o preso
596 preventivamente lá dentro do presídio. Esta é a intenção do Plano Nacional de Saúde
597 haver tratamento e menos custo para todos. Muito obrigada. **A SRA. LURDES ZILLI**
598 **DE SOUZA (CDS SUL):** Acho que este projeto vem ao encontro da necessidade da
599 humanidade. Digamos que é um bom projeto, num local estratégico como é o Hospital
600 Vila Nova. No entanto, tenho uma preocupação, pois moro perto do Hospital Vila Nova
601 e há uma deficiência. E isto também precisa ser visto. A prevenção é necessária? É
602 porque se gasta menos quando há prevenção e o tratamento da saúde é obrigatório.
603 Creio que os aparatos são necessários até para a própria segurança do restante dos
604 que estão internados e das outras pessoas que por ali circulam e consultam. Eu sei
605 que muitas fugas ocorrem ali em virtude de drogadição, etc. Havia um menor número
606 de leitos, hoje existem mais. Inclusive na semana passada houve um problema e eu
607 estava lá. Então, isto também precisa ser revisto nesse projeto para que haja uma
608 segurança maior. Outro questionamento que quero fazer e que é fundamental prende-
609 se ao fato de que várias vezes fui chamada lá, eu não contatei com o senhor nem com
610 nenhum representante do Hospital, simplesmente dei uma circulada, mas acredito que
611 toda a pessoa tem que ser atendida no Sistema Único de Saúde, onde quer que se
612 encontra. Todavia, há uma diferença. Chega uma pessoa lá, num estado de extrema

613 sujeira, com mau cheiro, essa pessoa não tem condições de ficar alojada num quarto
614 com outro paciente. Pois isto vinha acontecendo, isto já faz alguns meses, e não tive
615 oportunidade de retornar ao Hospital para ver como está, mas sei que essas pessoas
616 estavam juntas nos quartos com outras que ficam expostas a doenças
617 infectocontagiosas. O Vila Nova é um hospital bom, é bem administrado, é estratégico
618 para a região, mas é fundamental que esses pequenos detalhes sejam melhorados
619 para que todos possam ter um grande proveito. **O Sr. PEDRO LUIZ VARGAS**
620 **(SINDICÂMARA):** A minha intervenção é mais para tirar algumas dúvidas e poder me
621 esclarecer. Originalmente a proposta apresenta uma contrapartida do Município maior
622 do que a do Estado. O gestor apresentará um pedido de divisão eqüitativo. Nós ao
623 aprovarmos estaremos dizendo: tente dividir com o Estado, em não conseguindo,
624 valem os números iniciais. É isto? **O Dr. DALMOLIM (Hospital Vila Nova):** Estamos
625 desde junho atendendo dentro do presídio. Lá há em torno de 5.300 pessoas. Temos
626 um médico das 7h30 até as 19 horas que atende o que é demandado pelas galerias.
627 Existe, dentro do sistema prisional, o prefeito da galeria com quem as pessoas se
628 inscrevem para serem atendidas. Eu faço plantão às sextas-feiras à tarde. Quando
629 chego lá encontro uma média de 45 a 50 consultas. Desde junho, época em que
630 passamos a atender lá, houve apenas um óbito, um rapaz que estava com meningite.
631 Isto até foi noticiado na imprensa. Esse tipo de meningite que o rapaz contraiu, se
632 desse em qualquer pessoa da população, em qualquer outro lugar também teria
633 ocorrido o óbito. Já atendemos, lá, pacientes com HIV, que às 15h30 estavam para
634 morrer lá no Central e às 17 horas estava fazendo sangue dentro da UTI do Vila Nova,
635 sobrevivendo. Então, é um processo importante. Para que tenham uma idéia, no mês
636 de janeiro tivemos 1374 atendimentos médicos. Temos lá uma super equipe de
637 enfermagem, que tem um pouco a mais daquilo que é preconizado, sendo que isto vai
638 ser mantido: são 3 técnicos de enfermagem por turno e 01 enfermeira por turno.
639 Tivemos 4040 atendimentos de enfermagem, tais como: curativos, nebulização,
640 medicação, etc. Mantemos também lá um serviço de radiologia, pois lá dentro existem
641 dois projetos, um para tratar os presos, os quais são radiografados, tratados e curados
642 e há também o Projeto Porta de Entrada, voltado para o preso que dá entrada, por
643 exemplo, hoje no presídio e em 48 horas ele já faz um raio X, se estiver doente já
644 começa a ser tratado. E há 3.000 presos, dependendo se formos continuar lá, o
645 pessoal que trata a tuberculose, do Fundo Global, vamos radiografar esses 3.000
646 apenados. Lá dentro do Central temos um número mil vezes maior do que aquele
647 encontrado na população em geral. E quando estabelecemos essas condutas, lá, para
648 fazermos o diagnóstico de tuberculose, isso nos propiciou obtermos um resultado
649 dentro de 30/40 dias, ao passo que na rede municipal vai-se descobrir a tuberculose
650 em torno do centésimo dia. Portanto, temos uma maior chance de cura, lá. Temos
651 também, lá, um grave problema de HIV. Duas equipes para fazer a cobertura daquilo
652 parece pouco, mas eu acho importante e é mais ou menos o que temos porque a
653 maioria da população é jovem, não há tanta gente doente. Então, mesmo com duas
654 equipes acredito que se possa dar uma boa cobertura. No Pelletier é uma experiência
655 nova, temos conversado com o pessoal e acredito que dê para se fazer uma cobertura
656 integral. Por que o Vila Nova está lá? Porque foi convidado pela Secretaria do Estado,
657 pois todos os presos são direcionados para o Vila Nova. Tínhamos 18 leitos, agora
658 vamos ter 50 leitos. Em outubro foram inaugurados mais 32, uma unidade com todos
659 os cuidados. Vamos reforçar, em conjunto com a SUSEPE, temos agentes dentro das
660 enfermarias e vamos colocar uma guarda externa junto com a Brigada. Alguém tem
661 que atender os presos e o Vila Nova se dispõe. Obrigado. **A SRA. SILVIA GIUGLIANI**
662 **(Conselho Regional de Psicologia):** O que vou pontuar aqui pode parecer delicado,
663 mas cada vez mais tem que ser pauta deste espaço, dos conselhos. Visto o segmento

664 dos trabalhadores, somos uma das categorias que compõe as equipes previstas, não
665 só neste modelo, mas dentro do sistema; nós formulamos sobre isso e não há como
666 contribuir tendo conhecimento do plano na hora. Talvez esta seja uma perspectiva
667 importante de ser considerada, pois é necessário que o Conselho receba com alguma
668 antecedência os materiais, porque isso não é extraordinário, é da Comissão de
669 Políticas Públicas. Temos o GT do Sistema Prisional, temos Comissão de Políticas
670 Públicas, temos Comissão de Direitos Humanos e essas três estruturas pensam de
671 forma permanente e continuada também sobre o sistema penitenciário e formula sobre
672 esse campo. Pergunto: como posso contribuir num plano que nós todos, de diferentes
673 lugares, e entendo que todos talvez não se coloquem nesse mesmo lugar, como
674 conselho profissional, mas acho que estamos sempre decidindo, formulando e nos
675 posicionando sobre a política de saúde desta Cidade. E ela tem uma série de
676 implicações, com desdobramentos que já vêm, de forma intensiva tratando, desde o
677 ano passado, e que envolve o sistema prisional. Não quero trazer outras questões,
678 mas vou registrar o avanço concreto da apresentação do dia 16 dezembro – e para eu
679 não ter esquecido a data, olhem o que foi aquela apresentação, foi muito difícil e creio
680 que difícil para todos nós. Não houve ninguém que tivesse saído bem. Sempre tento
681 fazer um exercício cotidiano no sentido de que todos estejamos comprometidos com a
682 formulação da implantação de políticas efetivas. Quero registrar o avanço considerável,
683 a delicadeza de decidir sobre um plano que se sabe, no momento em que ele é
684 decidido, que para nós é fundamental termos dados de diagnóstico, de dimensão. Se o
685 presídio central tem, por hipótese teórica, 1.500, mesmo assim duas equipes não
686 alcançam, pois lá existe um total de 5.000 pessoas. Temos quadros que precisam ser
687 assegurados no plano. A política de saúde tem que estar assegurada para todos,
688 independente do lugar onde ela é pedida. Desculpem, mas este foi um desabafo que a
689 psicologia traz para ser considerado. Existe sim o compromisso de afirmar políticas,
690 mas elas têm uma consequência sobre este Plano e, talvez, grande parte fique dos
691 que necessitam fique desassistida. Tenho preocupação com relação a isso. **A SRA.**
692 **CYNTHIA JAPPUR (Promotora):** Fico feliz com a manifestação da Silvia, no sentido
693 de expor a preocupação do Conselho, na parte de psicologia. Quero dizer que o
694 Conselho Municipal tem sido, desde o ano passado, convidado a participar do GT com
695 o Ministério Público, onde participam o Estado, o Município, ong's, inclusive, Silvia, no
696 que diz respeito ao plano de tratamento de dependência química. O Conselho já vem
697 sendo convidado, por vezes se faz presente, e até fico um pouco surpresa quando
698 dizes que não sabias do convite e do GT do Ministério Público. Há vários grupos que
699 estão separados e, ao mesmo tempo, querem se unir. Essa tua ansiedade, pelo que
700 entendi é no sentido de agregar todos. Há um grupo que já está aguardando o debate
701 no Planejamento; as discussões estão ocorrendo e há essa preocupação, inclusive,
702 dentro do sistema prisional no que pertine à saúde mental. Reiteramos o convite. **O**
703 **SR. CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):** ...fica fora da área de
704 abrangência e não atende. Não vai ser bem assim que vai funcionar. Vai funcionar
705 dentro da equipe que já funcionava. Acredito que as pessoas que estão no presídio,
706 conforme a ordem de consulta, o atendimento vai ser mais amplo que para mil
707 pessoas, já que são duas equipes. Isso tem que ser melhorado, mas tem que ter um
708 começo. Temos que perceber a limitação do gestor para atender todas as demandas
709 que existem na área da saúde. Não é atendido em Porto Alegre, não é atendido no
710 Brasil e não é atendido no mundo inteiro. As referências serão da Cidade de Porto
711 Alegre. Para parto já é o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas com obstetrícia, o
712 Hospital Vila Nova tem agora 50 leitos e não há divisão. Na verdade, o Hospital Vila
713 Nova vai receber as AIH's por procedimentos, conforme sempre recebeu. Tem uma
714 contratualização sendo assinada para o Vila Nova, faltam algumas documentações,

715 estamos discutindo se o Vila Nova consegue estas documentações, vamos ver como é
716 que podemos resolver os problemas. Até para que o Vila Nova possa ter mais recursos
717 para o seu desenvolvimento. Em minha opinião, nos 22 anos trabalhando na área da
718 saúde de Porto Alegre, mais do isso até, ele vem melhorando, não há como se negar.
719 O Vila Nova é um hospital que, para quem entra lá, podem falar qualquer coisa, menos
720 que eles não trabalham, há movimento de pessoas circulando, há leitos ocupados, há
721 pacientes sendo atendidos. Se, muitas vezes, não é a condição ideal, bom, a solução
722 não é fechar o hospital, mas criar condições para que evolua. Na minha opinião, eu
723 queria de ele evoluir. É claro que existem alguns probleminhas, resolvemos, o Dal
724 Molin é bem receptivo às colocações do gestor. Não é por estar aqui, foi pública, mas
725 houve a questão dos ventiladores e resolvemos com o Dal Molin num único
726 telefonema. Ao contrário de outra instituição ou instituições, o Vila Nova reconheceu,
727 disse que estava parando com aquele procedimento naquele momento e acho que isso
728 já é algo positivo, ou seja, reconhecer que está errado. O Vila Nova fez isso
729 imediatamente e não tentou nem tapar o sol com a peneira. Estamos fazendo alguns
730 questionamentos ao Vila Nova, inclusive discutindo e facilitando a situação dos
731 usuários que quiserem reaver os recursos dos ventiladores que queiram receber de
732 volta. O Vila Nova foi bastante compreensivo e não precisou nem ter discussão. Não. É
733 isso que o gestor está determinando é isso que nós vamos fazer! Então, é o hospital
734 que considero que tem sido parceiro e que tem por trato melhorar o seu atendimento.
735 Saúde mental. Eu, realmente, vou dizer que esta semana discutimos bastante, era para
736 o Conselho participar obviamente de todas as reuniões, mas eu procurei participar da
737 discussão deste Plano, e se discutiu muito sobre a questão da saúde mental. Ora,
738 pretendemos trabalhar com a mesma lógica da estratégia da família, há um médico
739 que vai tratar com o atendimento mais global possível. Vamos trabalhar com a
740 capacitação destes profissionais de acordo com a epidemiologia da população dos
741 presídios, capacitando e tendo equipes de apoio. Tendo equipes que possam ser
742 consultadas, que possam ser referência para estas equipes que vão trabalhar nos
743 presídios. Assim vai ser com a tuberculose, com a AIDS, com os protocolos da
744 DST/AIDS, com a saúde mental. Não se pretende que o Hospital Vila Nova tenha um
745 contrato conosco e outro com o Estado. Na realidade, o que o Estado faz é que para
746 alguns leitos ele cria incentivos. Então, o Estado dá incentivo para leitos de saúde
747 mental, para obstetrícia, álcool e drogas, traumato e saúde prisional. Também dá
748 incentivos para 18 leitos, havia uma discussão do Vila Nova com o Estado para receber
749 este incentivo pelos 50 leitos que lá foram criados. Do município, que é quem vai
750 contratualizar e pagar, ele vai receber aquilo que está contratualizado. Poderá receber
751 um incentivo adicional do Estado como o Estado já faz outros tipos de leitos. Por isso,
752 a divisão dos recursos está na proposta. Vamos arcar com uma parte do recurso, é
753 assim de modo geral, não tem problema nenhum. Até tem, mas não pensamos só no
754 momento. Mas vamos buscar é na solução. Eu acho que tu tens toda a razão Silvia.
755 Mas gostaria que o Conselho entendesse, que os conselheiros entendessem que a
756 equipe que nós temos na Secretaria Municipal de Saúde, nem em termos de número,
757 principalmente para planejar e fazer tudo aquilo que precisamos fazer é realmente
758 insuficiente. Nós corremos muito mais do que nós podemos. Há pessoas trabalhando
759 aqui o tempo todo. Eu sou o Secretário, aceitei o convite, é um problema meu. Mas há
760 pessoas que trabalham mais de oito, dez, doze horas e muitos deles sem ganhar hora
761 extra. Acho que o local tem que ser discutido, estou tentando discutir isso na gestão do
762 Governo. Esta dificuldade que temos em trazer pessoas para trabalhar na Secretaria
763 de Saúde é porque é o local que pior remunera. Aqui não temos os 25% que têm nas
764 Unidades Básicas, não temos insalubridade na maioria dos setores, não temos os
765 110% do hospital e não temos a estabilidade. Então, é difícil conseguir pessoas que

766 venham para cá. Nós realmente estamos mal das pernas, acabamos atrasando. Por
767 exemplo, esta apresentação terminamos hoje à tarde. Porque o grupo preparou a
768 apresentação, apresentou-me ontem. Eu fiz sugestões, cheguei em casa à noite,
769 anotei, vi o que estava escrito e o que ia ser entregue ao Conselho - onde existem
770 todos estes dados que tu colocas - avaliei, discuti com a equipe que fez a alteração.
771 Apresentou-me às 5 horas, fiz as últimas anotações para o meu estilo de apresentação
772 e vim aqui apresentar. Está longe do ideal, mas estamos fazendo aquilo que nós
773 podemos. A equipe é menor do que precisamos. Realmente, eu tenho pena da Miriam.
774 Não estou criticando, porque temos relatórios para entregar a cada três meses e
775 estamos extremamente atrasados, relatórios de trezentas páginas. É uma obrigação
776 nossa, mas não conseguimos fazer dentro da velocidade e da maneira que
777 gostaríamos de fazer. Só podemos continuar tentando trazer pessoas para a Secretaria
778 e procurando melhorar. Temos as nossas deficiências, mas estamos trabalhando para
779 superar. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Eu só queria lembrar o Secretário que o Conselho
780 tem consciência de todos estes problemas e situações que acabou de apontar.
781 Inclusive, o Conselho trabalhou no sentido de propor ao Secretário, ao próprio
782 Ministério Público, assim como ao Governo Municipal uma proposta de planos e
783 cargos, planos de carreira, cargos e salários aos servidores da Secretaria Municipal da
784 Saúde. Onde pensamos, inclusive, em todos estes problemas que o senhor acaba de
785 colocar. **A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde):** Na verdade, não é sobre o projeto, mas eu só queria aproveitar a
786 oportunidade, porque temos recebido dos hospitais o tal do relatório que o Estado criou
787 destes incentivos. Aí, como o gestor é pleno, o Conselho Municipal de Saúde tem que
788 avaliar e aprovar estes relatórios. Eles são absolutamente sucintos e não dizem nada.
789 É um relatório padrão que tem um xizinho para colocar se cumpriu ou não cumpriu. É
790 assim, é ridículo isso. Cada vez que chega um relatório destes temos dito para a
791 gerência de regulação que nos informe se aquilo que o hospital está dizendo é
792 verdade. Porque nós não temos como saber se a Santa Casa contribuiu com leitos em
793 saúde mental na linha da Reforma Psiquiátrica. O que sabemos é que a Santa Casa
794 não atende, não tem leito para saúde mental, é quase nada. Então, como é que a
795 Santa Casa cumpriu? Ela diz que cumpriu. Outra: os hospitais cumpriram para reduzir
796 a mortalidade infantil? Nem atende pediatria. O único que escreve e que não cabe o
797 caso é o Espírita. É o único hospital que consegue ver que aquilo não cabe para ele.
798 Porque o Estado não é capaz de fazer um relatório para cada tipo de hospital, para
799 cada tipo de incentivo. Eu só aproveitei isso, porque pedimos várias vezes para que
800 esta discussão fosse melhorada. Agora, claro, mudou o Governo do Estado pode ser
801 até que este relatório deixe de existir, mas este é um assunto que tem que ser
802 discutido com o Estado. Não cabe ao hospital preencher um relatório daquele tamanho
803 e nós termos que dizer que está dentro ou não. Aproveitei só esta questão, porque eu
804 queria entender como é que ia ser a relação com o Estado, para fazer esta colocação.
805 **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Podemos colocar em votação o Plano de Saúde, conselheiros?
806 *(Aqui escência da Plenária.)* Em votação o Plano Operativo de Saúde Prisional de Porto
807 Alegre. Os (as) conselheiros (as) que a aprovam o Plano Operativo de Saúde Prisional
808 de Porto Alegre se manifestem levantando o crachá. (Pausa) **15 votos a favor.** Os (as)
809 conselheiros (as) que são contra se manifestem levantando o crachá. (Pausa)
810 Abstenções? **03 abstenções. APROVADO o Plano Operativo de Saúde Prisional de**
811 **Porto Alegre.** Antes de agradecer e dispensá-los, porque são apenas 20h35min, eu
812 queria passar a palavra, por uma questão de justiça, à conselheira Djanira, porque há
813 duas plenárias ela chega e não tem mais a oportunidade de falar. **A SRA. DJANIRA**
814
815
816

817 **CORREA DA CONCEIÇÃO (Conselho Distrital de Saúde Restinga):** Primeiro, eu
818 gostaria de saber se esta votação que foi feita aqui vai ser válida, se vai ser respeitada.
819 Pelo que entendi aqui, o Dr. Casartelli, que sabe que eu tenho um grande respeito por
820 ele, estes dias chamou, deu a entender que os eleitores, que o pessoal que vinha aqui,
821 de burro. Que o Conselho era burro. **(Tumulto no Plenário.)** O senhor se expressou
822 bem, porque não fui só eu que ouviu, há mais pessoas que vão falar com o senhor.
823 Nós estávamos falando com o senhor e o senhor disse que, muitas vezes, vinha aqui
824 nós não estávamos entendendo o que estava acontecendo. Eu acho que não. Sim,
825 senhor! O senhor não está lembrado. E outra coisa, eu gostaria de saber quem é que
826 pagou os 50 pila para a pessoa ir lá. Porque eu como usuária, como moradora da
827 Restinga não ganho nada para vir aqui. Inclusive, eu pago R\$ 17,00 toda semana que
828 venho aqui de táxi para chegar mais ou menos no horário. E quem se vendeu por 50
829 pila está se vendendo muito barato, porque o meu preço é bem mais caro. Não vou vir
830 aqui para o senhor me insultar. Eu votei, sim, a favor do Centro Vida. Porque eu ando
831 de ônibus, eu tomo um ônibus que leva uma hora e quinze minutos todos os dias. Eu
832 fico, às vezes, trancada lá no terminal, que vocês queriam, mais de quinze, vinte
833 minutos. E as pessoas que vão ao terminal dali vão ao Centro Vida, porque lá tem
834 muita gente necessitada. Eu acho que é uma falta de respeito de a gente vir aqui para
835 dizer isso. Ah, que nós votamos, que nós nos vendemos! Nós não nos vendemos!
836 Esses dias o senhor disse. Há mais pessoas que ouviram. Eu faço parte do OP há 20
837 anos. Nós chamamos a Secretaria da Saúde umas quantas vezes para discutir assunto
838 nosso no OP e a Secretaria não foi. Naquele dia, até o Geléia apareceu lá falando em
839 saúde. Coisa que nunca fez na vida. Nunca fez isso de discutir saúde, por favor! Por
840 R\$ 50,00 eu quero saber quem é que falou! **O SR. CARLOS CASARTELLI**
841 **(Secretário Municipal de Saúde):** Em primeiro lugar, tenho certeza de que não
842 chamei ninguém de burro. Se alguém entendeu isso, este alguém interpretou mal
843 minhas palavras. Tenho certeza absoluta que chamais faria isso. Jamais, até por que
844 se eu quiser chamar alguém de burro o farei pessoalmente. Além do mais, acho que a
845 população é extremamente inteligente, independente do seu nível cultural; assim como
846 acho que há muitas pessoas com conhecimento cultura, com curso superior e que tem
847 um grau de inteligência muito pequeno. Então, eu jamais faria isso! Não fiz e se
848 alguém entendeu isso, a senhora me desculpe, mas gostaria que acreditasse em mim.
849 Se alguém entendeu isso, interpretou mal o que eu disse. Tenho certeza absoluta de
850 que jamais faria isso. Além do mais, eu também não disse que todos os que lá estavam
851 receberam R\$ 50,00 para lá estarem. Eu também não falei isto. Eu falei, e nem afirmei,
852 que havia escutado que havia pessoas lá que tinham recebido R\$ 50,00 para estarem
853 lá. Eu não disse que eram todos e muito menos afirmei. Disse o que ouvi e tenho o
854 direito de passar aquilo que ouvi. Tenho o direito de me manifestar, da mesma forma
855 que vocês têm o direito de fazerem a manifestação que bem entenderem a respeito de
856 qualquer assunto. Mas não chamei ninguém de burro e tenho certeza de que se a
857 senhora estava lá a senhora não recebeu R\$ 50,00. Agora, eu também vi, lá, pessoas
858 que nunca estiveram neste Conselho, que nunca estiveram em nenhum fórum da
859 saúde, gritando contra o IMESF. Também não sei o que estava fazendo lá o pessoal da
860 UAMA, de Alvorada. Tenho informações sim de que houve sindicato que pagou para as
861 pessoas estarem lá. Eu sei porque me disseram, não estou dizendo que ocorreu, mas
862 isso ocorreu e várias pessoas comentaram isso. Não estou dizendo que foi a senhora,
863 que foi fulano ou beltrano. Assim como eu não posso garantir, tenho certeza de que a
864 senhora também não pode garantir que alguém não recebeu R\$ 50,00 para estar lá.
865 Nenhum de nós pode garantir nem que sim nem que não! Se a senhora perguntar
866 minha opinião – e nem vi se a senhora estava lá – posso dizer que tenho certeza
867 absoluta de que a senhora não recebeu, agora havia pessoas lá contratadas para

868 entreter crianças. Isto eu sei. Estava lá um advogado que tem uma empresa de festas,
869 ele não exerce mais o Direito, e ele foi contratado por um sindicato – e ele próprio me
870 referiu isto – para levar lá um grupo para entreter as crianças das pessoas que lá
871 estavam participando. Essa pessoa também me disse que lá na plenária estavam
872 pessoas contratadas por este sindicato. (Manifestações fora do microfone) Na verdade,
873 até considero isto uma coisa secundária, pois se as pessoas receberam ou não
874 receberam cada um se vende pelo que quiser. Eu não faria algo nem por um milhão de
875 reais e acredito que a maioria das pessoas que aqui estão também não se venderia
876 por nada. Agora, algumas pessoas se vendem até por R\$ 10,00. Já fui ameaçado de
877 morte por uma pessoa que disse que contratava qualquer matador por R\$ 50,00.
878 Então, há pessoas que matam por R\$ 50,00. Por que não irão a uma plenária por R\$
879 50,00? (Manifestação do Conselheiro Terres fora do microfone.) Tu estás me
880 desrespeitando! Estou dizendo que ouvi a informação de que houve gente que
881 recebeu. Em nenhum momento afirmo que alguém recebeu, com exceção desse
882 advogado que recebeu para fazer um trabalho que é legal. (Manifestações do
883 Conselheiro Terres fora do microfone) Assim como tu deixas dúvidas, em várias
884 situações, aqui neste Conselho! Então, não cobres de mim aquilo que tu não fazes,
885 porque tens um comportamento que também não considero ideal, dentro deste
886 Conselho. Eu também não considero o teu comportamento ideal. E tu, como
887 conselheiro e como servidor da saúde, não deverias fazer várias coisas, mas tu fazes.
888 **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho**
889 **Municipal de Saúde):** Quero pedir ao Secretário, em nome do Plenário do Conselho,
890 que ele se manifestasse com relação à posição que terá com respeito à votação que
891 fizemos em relação às UPA's. Parece-me que o senhor fez declarações pela imprensa
892 e acho que minimamente este Conselho deve ser informado, dizendo que
893 minimamente parte deste Conselho votou favorável à localização da UPA no Triângulo.
894 Se o senhor tem essa posição, então o senhor a manifeste ao Plenário do Conselho, a
895 Coordenação do Conselho fará um encaminhamento ao Plenário dizendo isto. **O SR.**
896 **CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):** Letícia, eu nunca dei essa
897 entrevista. Agora que parte deste Plenário votou pela localização no Triângulo é uma
898 verdade. Em primeiro lugar, não dei entrevista falando das UPA's; na entrevista que dei
899 falei das UPA's no geral. A única pessoa que falou que a UPA não seria no Centro Vida
900 foi o Prefeito de Porto Alegre e é um direito que ele tem! Ele exerceu o direito que tem.
901 Agora, não fui eu que falei, não dei nenhuma entrevista sobre as UPA's. Falei em UPA
902 Zona Norte, em UPA Zona Sul, em UPA Partenon ou Azenha/Partenon e em UPA
903 Navegantes. Foi isto que falei, mas em nenhum momento, em alguma entrevista minha
904 falei que não seria no Centro Vida. Não coloquem na minha boca aquilo que eu não
905 disse! O Fortunatti deu entrevista na TV COM, eu ouvi, e até fiquei surpreso quando
906 ele disse que nós não discutimos esse assunto com ele e, especificamente, se vamos
907 acatar a decisão do Conselho ou não. Agora, ele tem o direito de vetar! (Manifestação
908 da Conselheira Lurdes fora do microfone) O Conselho é deliberativo, mas o gestor
909 também é. (Manifestações em paralelo no Plenário.) **A Sra. MARÍA LETÍCIA DE**
910 **OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Por favor,
911 gente! Já fiz a solicitação ao Secretário, no sentido de que ele encaminhe a posição da
912 Secretaria com relação à deliberação do Plenário. **O Sr. CARLOS CASARTELLI**
913 **(Secretário Municipal de Saúde):** No devido momento será encaminhada! **A Sra.**
914 **MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de**
915 **Saúde):** Tanto o Secretário quanto o Prefeito são responsáveis pelas manifestações
916 que fazem. Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro
917 encerrados os trabalhos. (Encerra-se a Sessão às 20h30min.)
918

919
920
921
922
923
924
925

MARIA LETICIA OLIVEIRA GARCIA
Coordenadora do Conselho Municipal
de Saúde de Porto Alegre

OSCAR RISSIERI PANIZ
Vice Coordenador do Conselho
Municipal de Saúde de Porto Alegre

Ata aprovada na reunião plenária do dia 03/03/2011